

EMENDA Nº – CCJ

(ao PLS nº 54, de 2012)

Inclua-se, onde couber, o seguinte parágrafo ao art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2012:

“Art. 5º

.....

§ ____ O órgão colegiado do tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas a que se referem os incisos I, IV, V, VI, IX e XI do § 4º poderá, em caráter cautelar, suspender a condição de inidoneidade moral sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal e desde que a providência tenha sido expressamente requerida, sob pena de preclusão, por ocasião da interposição do recurso.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 135, de 2010 (“Lei da Ficha Limpa”), criou a possibilidade de suspensão cautelar da inelegibilidade, pelo órgão competente para apreciar recurso do órgão colegiado (art. 26-C). Em respeito ao princípio da igualdade, buscamos replicar a regra no âmbito da lei proposta pelo presente projeto. Não seria razoável vedar a investidura do servidor público com base em decisão que não é definitiva, quando o recurso apresenta razões plausíveis para seu provimento.

Sala da Comissão,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES